



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### **PORTARIA STJ N. 287 DE 23 DE MAIO DE 2014**

**O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XX, do Regimento Interno e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar, na forma do anexo, o relatório de gestão fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2014, bem como autorizar sua publicação na imprensa oficial e disponibilização na internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FELIX FISCHER

## ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO DE 2013 A ABRIL DE 2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00		
DESPESA COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
		LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL (c) = (a) + (b)
		(a)	(b)	
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>		<b>772.834.443,58</b>	<b>3.231.467,82</b>	<b>776.065.911,40</b>
Pessoal Ativo		529.123.919,75	2.168.921,69	531.292.841,44
Pessoal Inativo e Pensionistas		243.710.523,83	1.062.546,13	244.773.069,96
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)		0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>		<b>181.370.988,86</b>	<b>1.062.546,13</b>	<b>182.433.534,29</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial		395.821,21	0,00	395.821,21
Despesas de Exercícios Anteriores		2.620.929,90	1.062.546,13	3.683.476,03
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		178.354.237,75	0,00	178.354.237,75
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>		<b>591.463.454,72</b>	<b>2.168.921,69</b>	<b>593.632.376,41</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>				
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>				<b>678.292.443.000,00</b>
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III e / IV)*100</b>		<b>0,087199%</b>	<b>0,000320%</b>	<b>0,087519%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;%&gt;</b>		<b>0,223809%</b>		<b>1.518.079.533,75</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt;%&gt;</b>		<b>0,212619%</b>		<b>1.442.175.557,07</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - &lt;%&gt;</b>		<b>0,201428%</b>		<b>1.366.271.580,38</b>

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Notas:

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2 - Os percentuais aplicados foram alterados conforme Resolução n. 177, de 06 de agosto de 2013, do CNJ.

MAURICIO ANTONIO DO AMARAL CARVALHO  
Diretor-Geral

KLEBER DE OLIVEIRA VIEIRA  
Secretário de Administração e Finanças  
Em exercício

ÂNGELA MERCE TEIXEIRA NEVES  
Secretária de Controle Interno